

# A TRIBUNA

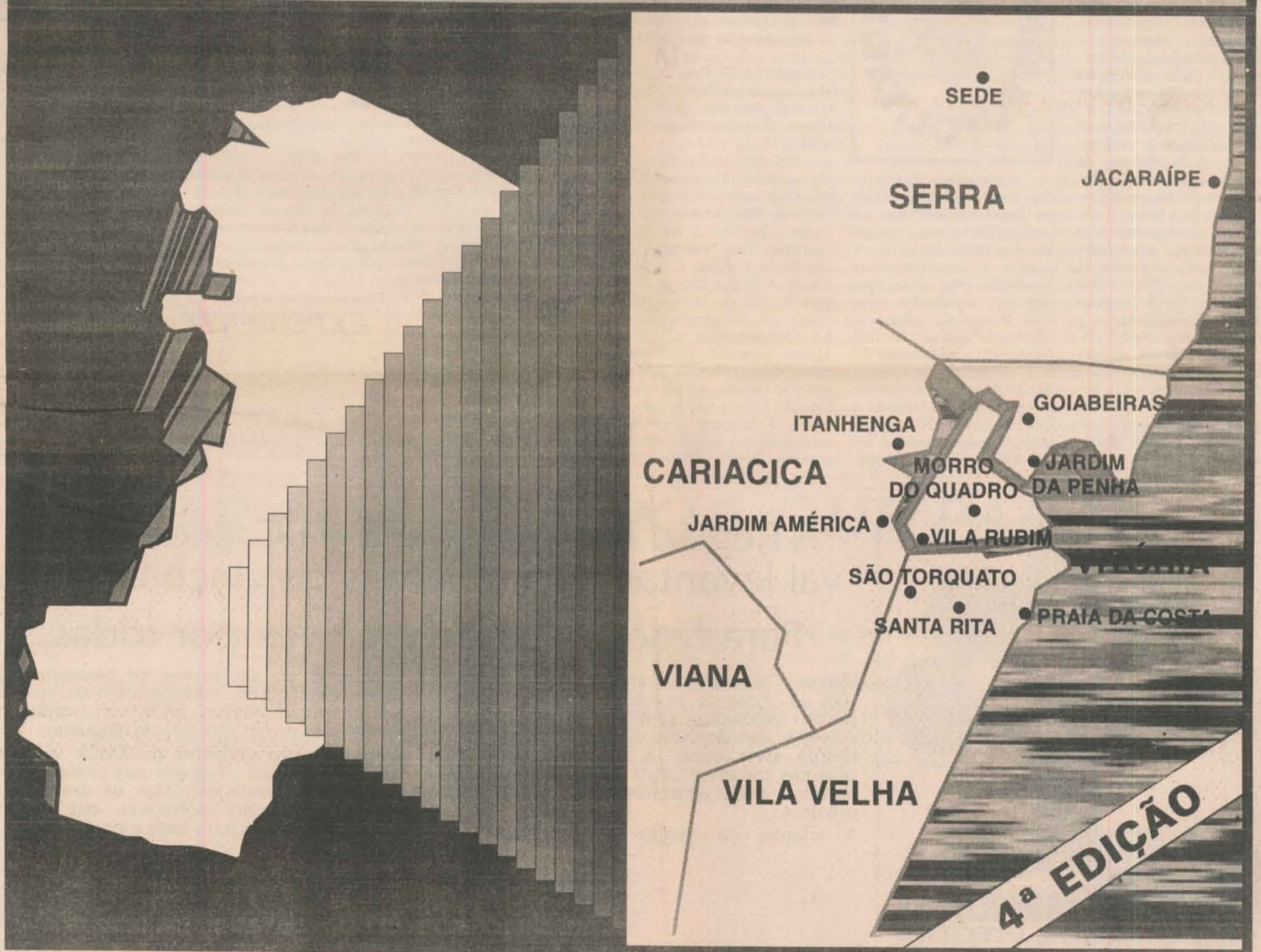
VITÓRIA-ESPÍRITO SANTO

SUPLEMENTO ESPECIAL

DOMINGO • 27/08/1995

A113662-1

# REGIÃO METROPOLITANA



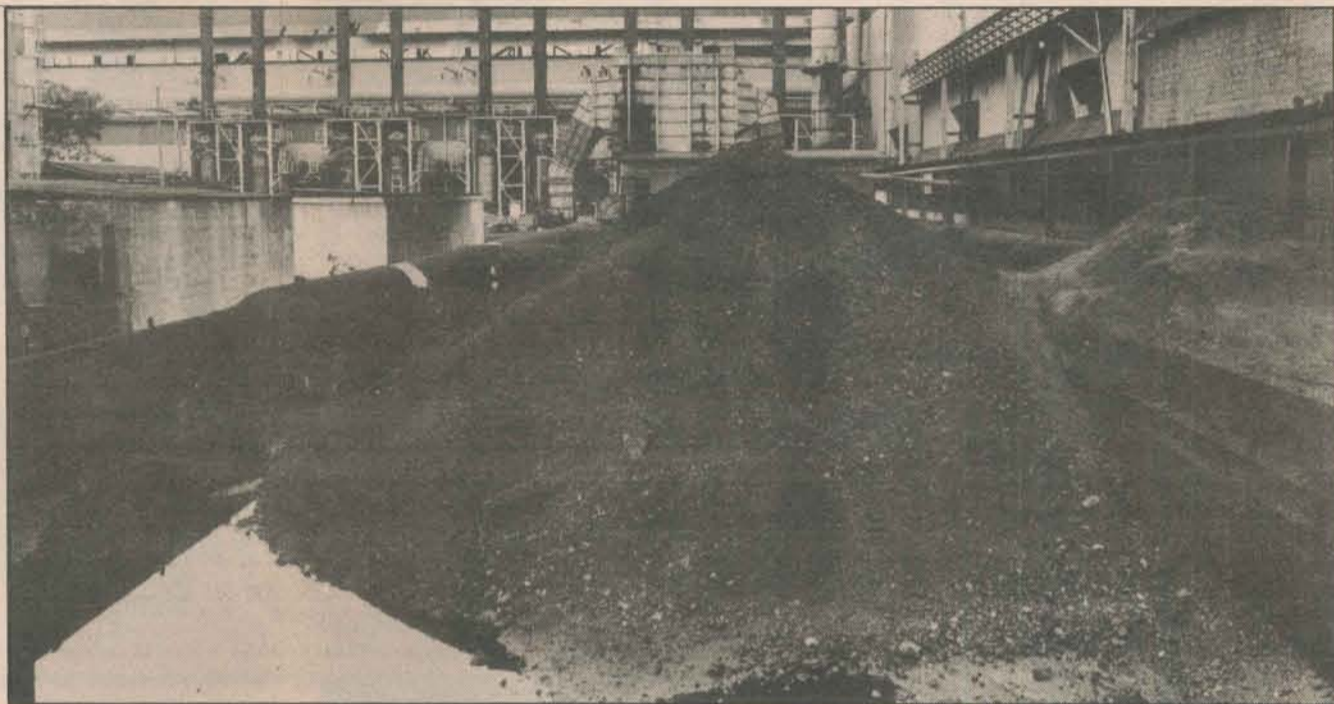
# Região Metropolitana teve articulação muito difícil

*Entraves políticos de diversas naturezas dificultaram a institucionalização da Região Metropolitana da Grande Vitória, agora aprovada pela Assembléia*

A partir da década de 70, a concentração da população e de investimentos na região da Grande Vitória constituiu a chamada metropolização. Nessa época, surge a necessidade de integração de ações planejadas entre os municípios que formam a "mancha urbana" dessa região e que compartilham problemas de interesse comum. A importância da institucionalização da Região Metropolitana da Grande Vitória foi a base das discussões e estudos realizados entre técnicos, autoridades políticas e alguns setores da sociedade civil. Mas muitos entraves políticos surgidos pelo caminho dificultaram e continuam emperrando, ainda hoje, a efetivação de uma gestão metropolitana. Para entender este processo, o jornal "A Tribuna" apresenta o tema do quarto suplemento da série "Região Metropolitana".



A estratégia de criação das regiões metropolitanas no Brasil foi formulada no período do regime autoritário. Em consonância com o projeto desenvolvimentista brasileiro, estas áreas, que estariam espalhadas pelo País, abrigariam pólos econômicos e sociais. Através da emenda constitucional nº 848, de autoria do senador Eurico Rezende, a questão metropolitana foi inserida à Constituição de 1967 e, mais tarde, transformou-se no artigo 164 da Emenda Consti-



A implantação da CST foi um dos fatores para a aglomeração urbana na Grande Vitória

tucional nº 1/69. Era o reconhecimento jurídico de um tema já discutido desde a Carta Constitucional de 1937.

Em 1973, a Lei Complementar nº 14 criou as oito primeiras regiões metropolitanas do País, situadas em: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada um ano depois pela Lei Complementar nº 20. Mesmo possuindo todas as características de uma aglomeração urbana, a região da Grande Vitória não se adequava à estrutura padrão metropolitana exigida pelo governo central. Dentre os

critérios de avaliação estavam a arrecadação municipal e o adensamento populacional urbano.

A arquiteta capixaba Aparecida Netto Teixeira refere-se, em sua monografia "As Interfaces da Grande Vitória com o Projeto Político de Institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil", à postura política autoritária federal, legitimada pela Lei nº 14. Para ela, "as regiões foram criadas mediante decisão do poder central, sem nenhuma possibilidade de intervenção dos poderes locais (estadual e municipal)". Além disso, acrescentou, a lei determinou "arbitrariamente" a composição destes centros

urbanos, sem o reconhecimento das realidades de cada cidade.

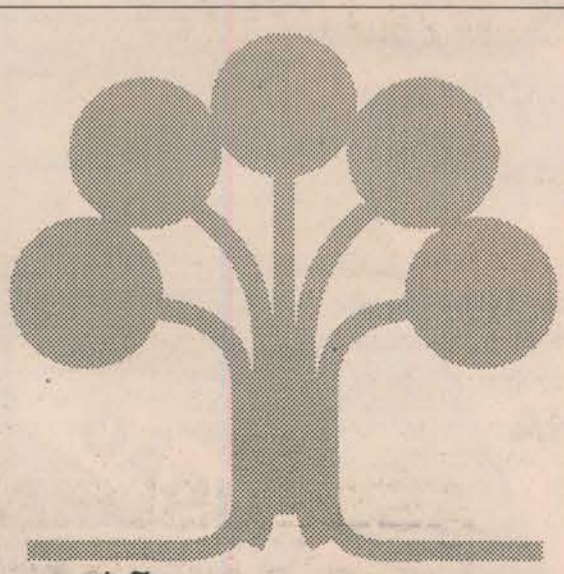
## VITÓRIA

Em 1967, acontece a primeira iniciativa de trabalho integrado entre os municípios da Grande Vitória. Através da assinatura de um convênio, Cariacica, Vila Velha, Viana, Vitória e Ser-

ra criam a Comissão de Planejamento Integrado da Grande Vitória (Copi), aprovada pela Câmara Municipal dessas cidades e instalada em janeiro de 1968. A Copi desenvolveu, entre outras atividades, o estudo preliminar do Plano Integrado da Grande Vitória que resultou na obtenção de recursos financeiros junto ao Fundo

## EXPEDIENTE

Realização: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda./ A TRIBUNA  
Textos: Simony Leite, Sandra Daniel e Flávia Delgado  
Fotos: Alair Caliani e Arquivo AT  
Diagramação: Ivanildo Moura  
Consultor: Roberto Garcia Simões



**REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA**

**A Região Metropolitana da Grande Vitória vai levantar os problemas de cinco cidades. Para resolvê-los de uma vez por todas.**

Vitória, Cariacica, Serra, Vila Velha e Viana têm os mesmos problemas: saúde, transporte, habitação, saneamento, segurança, crianças abandonadas. O que afeta um município afeta outro. A solução isolada de qualquer problema em uma cidade pode significar o seu agravamento na cidade mais próxima.

A criação da Região Metropolitana da

Grande Vitória vai resolver os problemas de maneira integrada, considerando os interesses de todos os municípios, com vantagens para todos e sem prejuízo de ninguém.

A implantação definitiva da RMGV vai permitir que a ação integrada das prefeituras e do governo possa enfrentar os desafios. E encontrar soluções definitivas, que tragam benefícios diretos para toda a população.

**ESPÍRITO SANTO**  
GOVERNO DO ESTADO

de Financiamento de Planos Integrados — Fiplan, administrado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serphau).

A tentativa de estabelecer o planejamento da região continuou com a criação, em 1969, da Companhia de Desenvolvimento Urbano Sociedade Anônima (Comdusa). A iniciativa partiu do governo do Estado através da Lei nº 2.438, regulamentada pelo Decreto nº 32. Essa companhia tinha por função estabelecer diretrizes para o planejamento territorial do Espírito Santo e fornecer subsídios à elaboração de leis sobre o uso e ocupação do solo urbano. Entretanto, explica a arquiteta, a atuação da Comdusa esteve relacionada a projetos de aterro e urbanização da Ilha do Príncipe, das praias do Suá, de Santa Helena e Comprida.

A partir de 1979, o governo federal, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), adota a política de ordenamento territorial. A região da Grande Vitória é identificada como "área de dinamização". Ou seja, "dentre aquelas regiões que deveriam ter seu desenvolvimento econômico incentivado e os conflitos compensados", informou Aparecida Netto. Em 1981, foi assinado um convênio entre os ministérios do Interior e dos Transportes com o governo do Estado e prefeituras de Vitória, Vila Velha e Cariacica. O objetivo do convênio era a implantação do Programa Cidade de Porte Médio no Espírito Santo.

#### ESPAÇO

O Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória (PEE), foi desenvolvido por um grupo de planejamento urbano e regional criado dentro da Secretaria de Planejamento do Espírito Santo (Seplan). Com recursos do CNDU/Seplan e do Bandes, o Plano apresentava uma proposta de organização do espaço territorial da



Grande Vitória, levando em conta as seguintes variáveis: intenso fluxo migratório populacional para essa área e os grandes investimentos federais favorecidos pela implementação das grandes indústrias.

Esse plano previa a desconcentração do crescimento, dinamização dos serviços de transporte coletivo, estabelecimento de políticas de ocupação do solo que preservassem mangues e morros, paisagens e monumentos históricos e artísticos, entre outras definições. O PEE previa, também, a organização de uma estrutura polinucleada. Isto significa a formação de "centros de animação" urbana em Vila Velha (centro), Cariacica (Campo Grande) e na Serra (Carapina), descentralizando os investimentos públicos e privados.

Para Aparecida Teixeira, a importância do PEE se dá pelo fato de ter previsto a necessidade de articulação das diversas forças políticas, como o governo federal, estadual e municipal, além de empresas privadas. Nesse âmbito, surgem as propostas de elaboração dos Planos Diretores Urbanos Municipais cujo intuito é o da racionalização dos gastos públicos. Além disso, o plano propunha a montagem de um aparato institucional desencadeador do processo de organização do espaço.

#### FUNDAÇÃO JONES

Em junho de 1976, o governo do Estado cria a Fundação Jones dos Santos

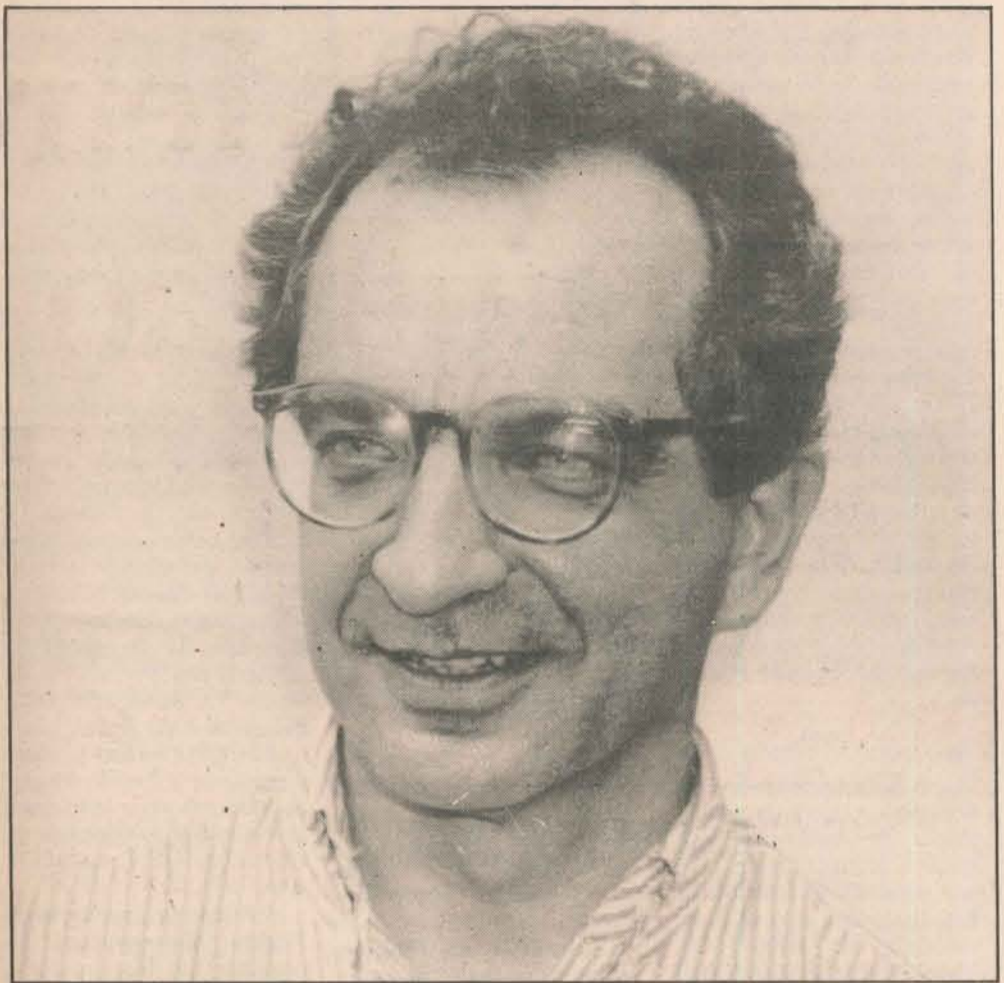
Neves (FJSN), que se constituiu numa das principais forças mobilizadoras comprometidas com o planejamento integrado da região da Grande Vitória. Estudos e pesquisas da FJSN, elaborados por uma equipe multidisciplinar de alta qualificação, têm por função promover planos técnicos para o desenvolvimento do Espírito Santo. Vários estudos propostos pelo PEE foram concretizados pela Fundação a partir de investimentos financeiros federais. Um exemplo foi a análise referente ao Programa Cidade de Porte Médio.

Para despertar o interesse das prefeituras pelo tema metropolitano, a Fundação promoveu em julho de 1977 o Primeiro Seminário de Desenvolvimento Urbano Integrado. A iniciativa consistiu de uma série de palestras em cada um dos cinco municípios. Dentre os palestrantes estavam o engenheiro Jones dos Santos Neves Filho e o economista Arlindo Villaschi. O seminário teve a participação de todos os prefeitos da Grande Vitória.

Nesse encontro, surgiram questões geradoras de controvérsias presentes por muitos anos nas reuniões posteriores com as lideranças políticas. Uma dessas questões, porém foi tratada com bastante boa vontade pelo prefeito da Serra, José Maria Feu Rosa. Aparecida Teixeira reproduz, em sua monografia, o depoimento no qual Feu Rosa sugeriu aos outros prefeitos que "todos devem participar deste programa, pois não tem nada a ver com a perda de autonomia ou coisa correlata". Confirmando a sua opinião, o prefeito da Serra sancionou, naquele momento, a lei que instituiu o zoneamento do uso do solo do distrito de Carapina. A intenção era criar o "Centro de Animação" de Carapina, previsto no PEE.

#### CODIVIT

A relevância da aglomeração urbana da Grande Vi-



Arlindo Villaschi participou do I Seminário de Desenvolvimento Integrado

tória e a necessidade de mecanismos institucionais que integrassem as ações para a solução dos problemas de interesse comum continuaram a ser contempladas no ano de 1977. O governador Elcio Álvares encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de lei nº 99/77 que definia sobre a Região de Desenvolvimento Prioritário, formada pelos cinco municípios e sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento da Grande Vitória — Codivit.

Nessa época, o deputado estadual Max de Freitas Mauro apresentou quatro emendas ao projeto. As emendas número 3 e 4 eram batante significativas. A emenda número 3 definia, principalmente, a participação dos vereadores, mesmo sem direito a voto, para a discussão dos projetos e estu-

dos, defendendo os interesses dos municípios. O governador também participaria do Conselho, mas os secretários estaduais deveriam apenas auxiliá-lo, sem direito a voto.

Legitimar a autonomia municipal através da proposta dos estudos a serem aprovados também pelas câmaras municipais, não apenas pelo Conselho. A emenda número 4 baseou-se nessa sugestão. Logo de início, a emenda número 3 foi rejeitada pela Assembleia Legislativa e, mais tarde, a emenda número 4 recebeu o veto do governador.

Em 1979, o novo governador Eurico Rezende desprezou o processo iniciado anteriormente. Além disso, munido do argumento da redução dos custos públicos, aprovou uma lei na Assem-

bléia que o autorizava a modificar o regime jurídico das fundações. Foi assim que a Fundação Jones dos Santos Neves, a Fesbem, a Fundação Cultural, entre outras, perderam autonomia administrativa e financeira. Alguns anos depois, no governo de Gerson Camata, o Codivit foi utilizado apenas como "estratégia de início de governo a fim de montar as diretrizes de trabalho", analisa Aparecida Netto. Era a segunda fase do Conselho e nada se efetivou.

A partir de dezembro de 1984, o Codivit integrou-se ao Sistema de Transporte Urbano da Grande Vitória, que contava ainda com a participação do Detran,

Continua na página 4

## PARAR POR QUE, POR QUE PARAR?

*Além de cumprir a Constituição Estadual que decreta o fim do recesso parlamentar, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo entende que o bom senso deve prevalecer. A vida não pára. As necessidades do cidadão não param, muito menos o trabalho dos deputados, que foram eleitos num feriado onde a população trabalhou para elegê-los. Por isso, em julho a Assembleia trabalhou em regime de plantão. Este é um jeito novo de fazer política: respeito pelo trabalho de todos.*

**ASSEMBLÉIA  
Legislativa**

ESPÍRITO SANTO

DER e da Ceturb. Dentro deste sistema, o Codivit tinha as funções de aprovar os regulamentos referentes ao serviço e de fixar tarifas de transporte. "As atividades do Codivit foram se reduzindo até que passou a representar um órgão de concessão de aumento de passagens de ônibus, conseguindo, com isso, a antipatia da população", lembra o atual diretor-superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves, Fernando Sanchotene. Com a criação do Conselho Tarifário da Grande Vitória (Cotar), o Codivit perde a função de fixação de valor de passagens de ônibus. Aparecida conclui que, nesta quarta fase, o Codivit encontra-se num completo abandono pois "nem sequer foi extinto, apenas ignorado".

1988

A Constituição de 1988 delegou aos estados a competência de institucionalizar regiões metropolitanas. No ano seguinte, a Constituição Estadual passa a prevê, basicamente, no artigo 216, "que o território estadual poderá ser dividido, mediante Lei Complementar, em unidades regionais, com o intuito de agrupar municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum". Assim, reacendem as discussões sobre a institucionalização da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Em 23 de abril de 1990, 13 anos depois da criação do Codivit, é homologado o primeiro Protocolo de Intenções. Seu objetivo era definir o planejamento e a gestão metropolitana de Cariacica, Viana, Serra, Vila Velha e Vitória. Esse documento foi assinado por representantes dos executivos e legislativos estaduais e municipais e a Coordenação Estadual de Planejamento.

Para representar a instância política, o protocolo de intenções formou o Fórum de Desenvolvimento Metropolitano, também conhecido como Fórum dos Prefeitos. O governador, um deputado, e um vereador também participariam da representação do Fórum. O nível político incluía ainda o coordenador-chefe da Coplan e os secretários municipais de planejamento. Esses últimos representantes formariam o Grupo de Acompanhamento do Planejamento Metropolitano. Ou seja, auxiliariam os estudos e pesquisas do Grupo de Elaboração Técnica (GET) composto pelo IJSN e técnicos das prefeituras.

A partir daí, vários impasses acabaram por prejudicar a consolidação dos objetivos previstos pelo protocolo de intenções. A técnica do IJSN, Gláucia Cardoso conta como era difícil a efetivação dos trabalhos pois "o GET se reunia precariamente



te porque os secretários municipais não tinham tempo, devido às suas diversas responsabilidades, para participar de grupos de estudos e seminários que levavam o dia inteiro". Além disso, as prefeituras também tinham dificuldade de enviar seus técnicos para comporem a equipe de planejamento. Além disso, o IJSN não possuía respaldo político do governo do Estado para prosseguir como membro do GET. Acaba por se afastar do órgão, embora continue os trabalhos de pesquisa e análises sobre a gestão metropolitana.

O Fórum dos Prefeitos reuniu-se no dia 27 de junho de 1990 e contou apenas com a participação do prefeito de Vitória, Vitor Buaiz. Também estavam presentes os secretários municipais da Serra, Cariacica, Vitória; o IJSN, alguns parlamentares, Famopes, Famoc, Fase e representantes dos movimentos comunitários. Foi a única vez que o Fórum se reuniu.

#### PLEBISCITO

O parágrafo primeiro do artigo 216 da Constituição Estadual condicionava que para a institucionalização de unidades regionais, tal como a Região Metropolitana, tornava-se necessária a realização de um plebiscito junto à população. A consulta plebiscitária depende de lei para sua convocação e organização. Todo esse processo foi articulado pela banca estadual do PT que teve o projeto de lei sancionado pelo governador do Estado, Max Mauro. Mas a consulta à população acabou não acontecendo.

Aprovado o projeto, os entraves políticos começaram a surgir dentro do processo de cumprimento dos critérios estabelecidos pela Lei número 4445/90, para concretização da consulta prévia. Isso porque, para a constituição de plebiscitos sobre unidades regionais, inicialmente a lei exigia o envio de uma representação ao Legislativo estadual, solicitando a consulta.

Nesse documento deveriam constar a assinatura de 0,02% dos eleitores do Estado ou aprovação de no mínimo 15% dos vereadores de cada Câmara Municipal. A terceira alternativa seria a representação por todos os prefeitos dos municípios da Grande Vitória.

Através do cumprimento de um destes critérios, o processo seria encaminhado

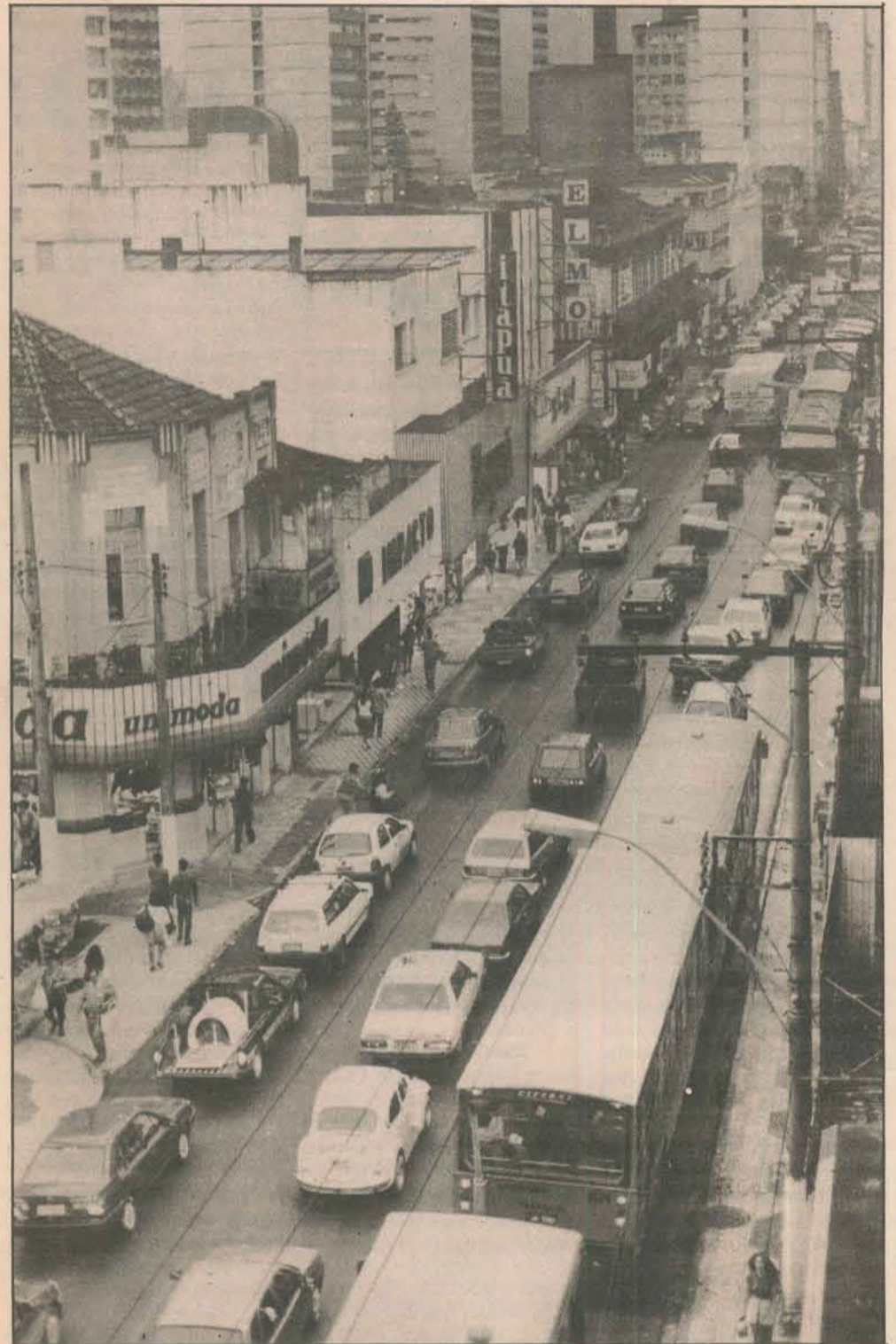
ao Tribunal Regional Eleitoral que executaria os trabalhos para a realização do plebiscito juntamente com as eleições do segundo turno para governador, em 1990. Nesse momento, o prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, defensor da gestão metropolitana, se movimentou para efetivar o cumprimento destes critérios.

Como não havia tempo para o recolhimento das assinaturas junto à população, tentou-se obedecer aos dois itens seguintes. Ou seja, recolher assinaturas dos prefeitos e vereadores dos cinco municípios. Entretanto o prefeito da Serra daquele período, Adalberto Martinelli (PTB), recusou-se a assinar o documento, alegando a necessidade da aprovação da maioria dos vereadores da Serra. "A Serra, município industrial e de grande arrecadação, achava que integrava-se à Região Metropolitana era abrir mão dessa arrecadação", informou o técnico do IJSN, André T. Abe.

A institucionalização da Região Metropolitana foi cerceada por insegurança e acusações políticas. Conforme a informação da arquiteta Aparecida Teixeira, a Câmara Municipal da Serra publicou, no dia 31 de outubro de 1990, uma nota oficial intitulada "Em defesa da Serra". A nota, assinada por 16 dos 19 vereadores, continha, principalmente, acusações ao prefeito de Vitória, Vitor Buaiz. "Apesar de Vitor estar muito bem intencionado com relação à questão, muitos políticos entenderam que era uma bandeira partidária para beneficiar o prefeito", explicou o economista do IJSN, Antônio Marcos Carvalho Machado.

O plebiscito acabou não sendo realizado durante as eleições de 90, devido aos impasses criados. Mesmo com a apresentação de temas como a autonomia municipal e o modelo de gestão metropolitana, previstos no protocolo de intenções, num encontro promovido pelo prefeito de Vila Velha, Jorge Anders (PSDB). Mas a "ducha de água fria" veio em outubro de 1992, com o reconhecimento, por parte do Supremo Tribunal Regional, da inconstitucionalidade da consulta plebiscitária, prevista na Constituição Estadual para a criação da Região Metropolitana. O que afastou definitivamente o plebiscito.

A Rede Gazeta de Comunicações representou um papel mobilizador importante da questão metropolitana. A empresa buscou promover e manter aceso o debate através de uma série de reportagens envolvendo diversos setores da sociedade. Num almoço organizado dentro da empresa, reuniram-se todos os prefeitos da Grande Vitória. Nesse encontro, o diretor superintendente da Metroplan, órgão metropolita-



Uma das etapas para a implantação da Região Metropolitana foi o Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória

no de Porto Alegre, expôs o tema aos participantes. Um dos resultados do almoço foi a promoção de um encontro na Serra com todos os prefeitos e o governador, com o intuito de efetivar o processo de institucionalização da Região Metropolitana da Grande Vitória. As prefeituras dos municípios dessa área já estavam sendo representadas por Aloízio Santos, Paulo Hartung, Vasco Alves, Nonô Lube e João Batista Motta. Apesar do empenho do IJSN em pesquisas, estudos e seminários sobre Região Metropolitana, esse órgão não foi convidado para essa reunião.

Na reunião, foi constituído o grupo de trabalho elaborador da minuta do projeto de lei para retomar o processo. Luiz Paulo Vellozo e Arthur Carlos G. Santos foram indicados coordenadores do grupo. O IJSN foi convidado a participar da equipe responsável por redigir o anteprojeto de Lei Complementar para a apreciação dos prefeitos. Dentre as questões a serem defini-

das, uma das mais polêmicas se referia à origem dos recursos financeiros para a RM e a sua forma de aplicação. Além disso, prefeitos e governador apresentaram sugestões ao anteprojeto, como a relacionada ao Conselho Gestor. Os trabalhos técnicos e as discussões prosseguiram nas outras reuniões realizadas em cada um dos municípios até a conclusão do texto final do projeto de Lei Complementar institucionalizando a Região Metropolitana da Grande Vitória, em 1995.

#### BLOCOS

Na avaliação do economista Marcos Carvalho, a falta de sintonia entre a questão técnica e política deu um destaque político partidário às discussões, retardando a efetivação da gestão metropolitana. Outro problema é a indefinição quanto aos recursos financeiros. Marcos acredita que a gestão da Região deve ser conduzida de modo mais ágil. O economista define os órgãos técnicos, como o Bndes, o IJSN e a universidade,

como condutores ideais para esse tipo de trabalho.

O técnico André Abe lembra que a gerência do Conselho Metropolitana era uma dúvida constante nas discussões pois "os prefeitos se posicionavam contra a criação da Região Metropolitana porque a interpretavam como um esquema usado para favorecer a hegemonia do Estado".

Porém houve um aspecto de evolução política, já que a visão setorial de alguns prefeitos, temerosos de perder espaço político para outra liderança, vem se alterando. A avaliação é do economista Marcos Carvalho. Para Marcos, as autoridades políticas começam a perceber a necessidade de formar blocos para a administração de regiões como a da Grande Vitória. "Essas lideranças ainda não evoluíram o suficiente, mas já conseguem perceber que briguinta interna entre os cinco municípios prejudica todos os cinco. Sabem que ganharão muito mais com o trabalho conjunto", conclui.

# Demora preocupa movimentos populares do ES

AJ13662-3

**O presidente da Federação das Associações de Moradores do Espírito Santo ainda não crê que a Região Metropolitana seja instituída agora**



Os movimentos populares organizados da Grande Vitória estão preocupados com o que consideram uma demora na efetiva implantação da Região Metropolitana. A afirmação é do presidente da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes), Paulo Mattedi.

“Se não houver uma forte decisão política em favor da metropolização, o projeto pode ficar ainda por muito

tempo no papel”, alerta Mattedi, para quem são justamente os aspectos políticos que envolvem a criação da Região Metropolitana os principais responsáveis pela demora nas discussões.

“Como as prefeituras de Vila Velha e Vitória, por exemplo, vão querer passar o controle do transporte coletivo municipal para a Ceturb?”, questiona. Esta questão, aliás — a unificação do transporte coletivo — é uma das principais reivindicações da Famopes.

A proximidade das

eleições do próximo ano também podem atrapalhar o processo de implantação. “Os prefeitos, neste momento, já não têm intenção de promover mudanças na estrutura das cidades que administram”, observa.

“Estas decisões políticas são demoradas. Todo mundo quer ganhar, mas ninguém quer ceder”, afirma Paulo Mattedi, para quem a principal vantagem da Região Metropolitana é a possibilidade de definir políticas públicas comuns para os cinco mu-



Para a Famopes, a ocupação do solo deve ser a maior prioridade

nicipios da Grande Vitória.

## PRESSÃO

A Famopes, que começou a militar em defesa da criação da Região Metropolitana da Grande Vitória no final dos anos 80, promete fazer muita pressão para viabilizar o projeto. As reuniões, por enquanto, estão acontecendo somente na escala do governo, mas a entidade espera poder sentar à mesa de negociações ainda este mês, quando o colegiado da Região Metropolitana reunir-se para ouvir os movimentos populares.

“A Região Metropolitana é nossa bandeira de luta há muito tempo, desde a Constituinte Estadual que estamos tentando garantir a sua criação”, informa o presidente da Famopes.

Para Paulo Mattedi, a ocupação do solo

urbano deve ser a principal meta a ser contemplada pela Região Metropolitana, e a Famopes propõe que cada prefeitura elabore o seu Plano Diretor Urbano (PDU).

“É inadmissível ver crescer estes loteamentos nas áreas urbanas, sem nenhum planejamento; Cariacica, por exemplo, não tem formato de cidade, é um amontoado de loteamentos e invasões feitas de forma desgovernada”, critica.

## IMPOSTOS

O presidente da Famopes lembra que o município de Vitória já deu o primeiro passo, ao criar o seu PDU, mas que ainda não estabeleceu as formas de ocupação do solo, possibilitando o aparecimento de invasões em São Pedro, por exemplo.

“O poder público não se preocupa em pla-

nejar, então o povo vai abrindo caminho no meio do mato e os governos vão atrás, cobrando impostos”, afirma.

Armazenamento de lixo e meio ambiente são os outros dois assuntos na pauta de questionamentos levantada pela Famopes. “Não adianta dizer que o Prodespol vai despoluir a baía de Vitória, sem planejar o recolhimento, a reciclagem e a destinação do lixo”.

A Famopes sugere a adoção de um programa educativo para ensinar a população a guardar os dejetos, inclusive com a implantação do sistema de coleta seletiva. Em relação ao meio ambiente, Paulo Mattedi considera a questão ainda mais delicada. “Este assunto exige estudos altamente técnicos, a serem levantados pelo governo estadual”.

# Certas obras marcam época. Outras ficam na história.

# NASSAU

CIMENTO NASSAU



UM CAPIXABA FORTE

# Ferraço diz que Região ainda "é letra morta"

**Presidente da Assembléia diz que falta de unidade política entre prefeitos e governo do Estado está dificultando efetivação da Região Metropolitana**



Ricardo Ferraço: "Assembléia fez a sua parte"

de de atuação de cada município, um dos aspectos políticos mais delicados que cercam a metropolização da Grande Vitória, também deve ser considerada no momento da efetivação da proposta. "É preciso garantir que os municípios não percam sua autonomia, mas é também fundamental que se crie unidade em torno da Região Metropolitana".

O presidente da Assembléia Legislativa avalia que a criação da Região Metropolitana da Grande Vitória fará com que se encontrem respostas para os problemas que envolvam políticas comuns nas áreas de saúde, educação, transporte e meio-ambiente.

"Vitória, por exemplo, tem dificuldade para depositar seu lixo, embora conte com uma usina dos dejetos; no entanto, os demais municípios têm condições de oferecer um aterro sanitário, o que pode levar a uma troca", sugere.

Da mesma forma, em relação à saúde pública o presidente da Assembléia Legislativa defende a parceria entre governo e prefeituras pa-

A falta de unidade política entre as prefeituras e o governo do Estado está atrasando a implantação efetiva da Região Metropolitana da Grande Vitória. A observação é do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Ricardo Ferraço (PTB), para quem o atraso se deve ao fato de que o interesse público não está sendo colocado em primeiro lugar.

"Não consigo entender que, passados tantos meses desde a aprovação da Região Metropolitana pela Assembléia Legislativa, as ações que podem efetivamente consolidar o projeto ainda não foram materializadas", afirma.

Para Ricardo Ferra-

ço, a proposta de criação da Região Metropolitana da Grande Vitória transformou-se em uma "letra morta". "Eu lamento que não esteja havendo unidade política entre os prefeitos e o governo do Estado, a fim de permitir a consolidação desse projeto e a melhoria da qualidade de vida da população".

O presidente da Assembléia Legislativa lembra que as vantagens a serem oferecidas com a implantação da Região Metropolitana são inúmeras, permitindo, entre outras medidas, a racionalização dos investimentos públicos e a adoção de parcerias entre o governo do Estado e as prefeituras municipais.

Para Ricardo Ferra-

ço o principal problema do Estado, neste momento, não é somente a arrecadação. "Também temos que pensar na qualidade dos gastos, e é fundamental racionalizar os investimentos públicos — nesse sentido, a Região Metropolitana é fundamental".

## RENÚNCIA

"Mas falta desprendimento, capacidade de renúncia e de negociação; acho que estão colocando toda uma série de interesses antes do interesse coletivo, que deveria prevalecer", avalia.

Ricardo Ferraço lembra que o papel da Assembléia Legislativa — discutir e votar o projeto — já encerrou-se, cabendo agora ao Legislativo cobrar a implanta-

ção definitiva da Região Metropolitana da Grande Vitória. "A Assembléia reuniu-se, debateu e votou, mas até agora não há resposta concreta", afirma.

"Nosso papel, agora, é apresentar a demanda, ou seja, mostrar

que é preciso implantar o projeto, para que os outros atores políticos cumpram o seu papel", diz. "Cerca de 48% da população capixaba vive na Grande Vitória; temos problemas enormes a exigir uma solução".

A preocupação com a autonomia e a liberda-

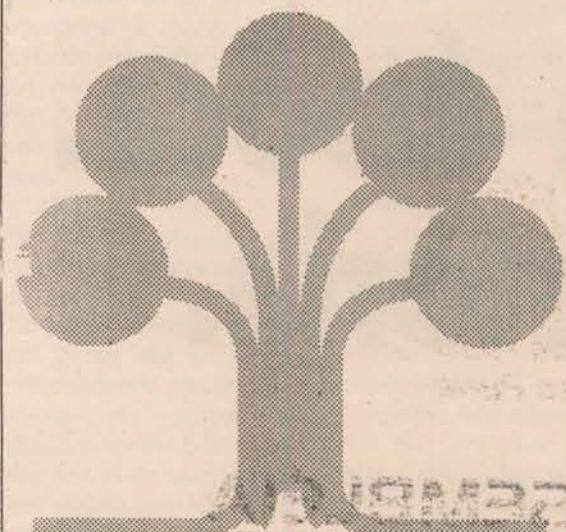
## O lixo não pode ser varrido de um município para outro.

### Mas pode ser reciclado em um lugar comum.

O lixo pode ser foco de problemas e de doenças. Mas pode ser também fonte de riquezas.

Com a implantação da Região Metropolitana da Grande Vitória, o lixo de

todos os municípios pode ter um único destino: a reciclagem. O lixo desaparece. E se transforma em adubo, vidro, plástico, papel e, principalmente, dinheiro.



REGIÃO METROPOLITANA  
DA GRANDE VITÓRIA

ESPIRITO SANTO  
GOVERNO DO ESTADO



# Interior não terá prejuízo, dizem prefeitos

**Prefeitos da Grande Vitória acham injusto dizer que a Região Metropolitana ainda não saiu do papel e apontam medidas concretas**



Paulo Hartung



João Batista Motta



Vasco Alves

Interesses conflitantes e incerteza quanto aos benefícios trazidos pela metropolização — principalmente entre os municípios do interior — foram os principais obstáculos enfrentados pelos prefeitos da Grande Vitória quando da discussão que antecedeu a criação da Região Metropolitana.

Para o prefeito de Vitória, Paulo Hartung (PSDB), a maior dificuldade foi convencer os outros municípios que o projeto não iria supervalorizar a capital, em detrimento das outras cidades da região.

“Fiz questão de dizer que não tínhamos interesse em coordenar a Região Metropolitana”, garante Paulo Hartung, para quem a resistência inicial ao projeto se deve, basicamente, à falta de informação.



Para o prefeito da capital, os problemas da Grande Vitória transcendem aos limites dos cinco municípios da região. “Conseguimos superar essas dificuldades políticas porque o grupo de prefeitos envolvidos têm a mentalidade aberta e, antes, a cultura era a de não se trabalhar em conjunto”.

Paulo Hartung considera “injusta” a acusação de que a Região metropolitana ainda não saiu do papel. “O governador Victor Buaziz tem organizado boas pautas de discussões”, defende.

## INÍCIO

Para o prefeito da Serra, João Batista Motta (PSDB), os problemas se resumiam, naquela época, a questões políticas. “Não havia nada que tivesse, realmente, atrapalhando a criação da Região Metropolitana; faltava determinação política, e havia resistência de alguns prefeitos”, afirma.

João Batista Motta diz reconhecer que quase nada foi realizado ainda, mas acha que isto se deve ao fato dos trabalhos envolvendo a Região Metropolitana estar ainda no início.

“Estamos caminhando em direção à resolução desses problemas, já que

as medidas básicas estão sendo tomadas; só falta materializar estas propostas para que elas cheguem até a população”, diz.

Para João Batista Motta, o governador Victor Buaziz já está trabalhando efetivamente. “A fixação da tarifa única foi o primeiro passo dado pelo governo, assim como a determinação de construir um aterro sanitário e promover a municipalização da saúde”, destaca.

O prefeito da Serra entende que a principal meta a ser alcançada pela metropolização é a definição de uma política de ocupação do solo. “Quando se permite o surgimento de invasões está-se oferecendo um oásis para as populações carentes, que se deslocam em busca de melhores condições de vida e acabam não encontrando”.

O prefeito avalia que os interesses políticos também atrapalham o início da metropolização, mas defende que “o político decorre do econômico”. “É preciso, antes de tudo, criar uma legislação nova mudando esse quadro atual de desigualdade na repartição das receitas públicas”, diz. “É como se Vila Velha tivesse dez filhos, e Vitória apenas dois; apesar disso, Vila Velha ganha apenas salário mínimo, enquanto Vitória ganha mais de mil reais”, compara. “Assim, eu mal posso cuidar dos dentes dos meus filhos, enquanto Vitória leva os seus ao teatro todos os dias”.

A secretária de planejamento de Vila Velha, Irene Léia Bossois, explica que alguns projetos podem beneficiar mais a alguns municípios que a outros. O Prodespol (Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos), por exemplo, tem sofrido críticas de Viana, mas é um projeto que só diz respeito aos municípios costeiros.

“Política sempre foi um problema para a Região Metropolitana, mas isso mudou. Por outro lado, é claro que um prefeito não vai aceitar facilmente uma proposta que só beneficie a um município”.

Irene Bossois informa que as principais reivindicações de Vila Velha são a fixação da tarifa única entre os cinco municípios da Região Metropolitana, e o estabelecimento de uma política comum para a criança e o adolescente.

# Região Metropolitana, urbana ou doméstica merece solidez.

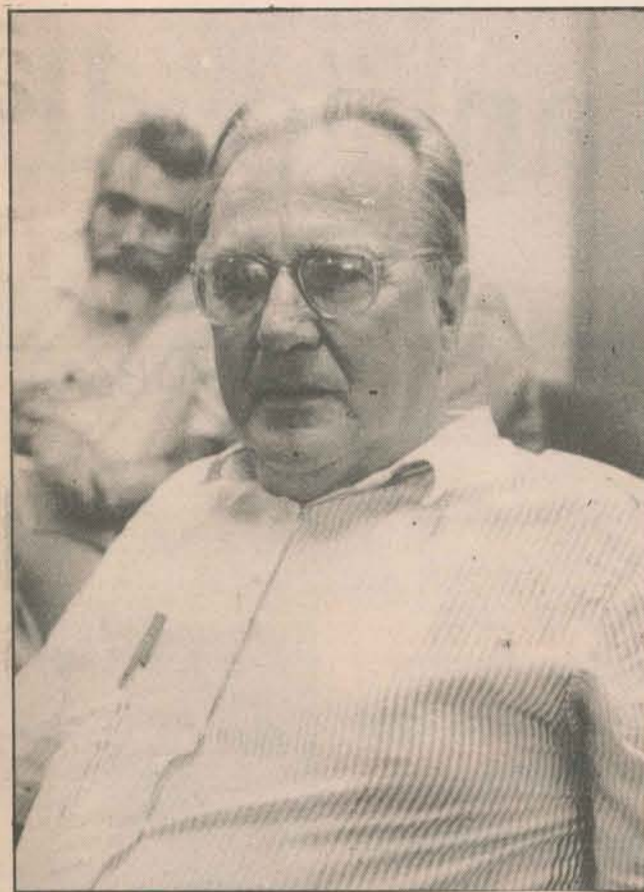
## NASSAU

CIMENTO NASSAU  UM CAPIXABA FORTE



# Krohling quer povo no Conselho Metropolitano

**Ex-presidente da Famopes faz história dos movimentos populares e pede sua participação no Conselho Metropolitano como medida básica para o seu êxito**



Aloísio Krohling, ex-presidente da Famopes

A participação dos movimentos populares também foi decisiva no processo que culminou na criação da Região Metropolitana. Mas a história das articulações e dos movimentos da sociedade civil em prol de objetivos comuns no Estado não é recente: remonta ao final da década de 50, quando alguns moradores da Prainha, em Vila Velha, uniram forças para reivindicar o que na época era raro: mais açougues na cidade. “Podemos afirmar que nesta simples mobilização estava o embrião dos primeiros movimentos comuni-

tários, que surgiram mais tarde em todo o ES”, comenta o subsecretário estadual de Educação, Aloísio Krohling.

As primeiras associações de bairro surgiram a partir da década de 70 e até o final dela os movimentos comunitários já existiam por quase todo o Estado. Estas associações de bairro tinham como objetivo a discussão e a busca de soluções para problemas locais, como calçamento de ruas, iluminação pública, saneamento, falta de água etc.

O engajamento das comunidades fez com que surgisse a consciência para os problemas mais amplos e globais, que atin-

giam não só os bairros, mas também municípios inteiros. “Foi aí que apareceram os movimentos populares, com preocupações que transcendiam as questões do cotidiano de uma comunidade. Um exemplo foi a mobilização de vários bairros da Grande Vitória, em 1977, para a melhoria do transporte coletivo, muito ruim na época. As manifestações em prol do transporte foram os primeiros movimentos populares, metropolitanos do Estado”, explica Krohling.

Ele afirma que a partir daí foram criados os chamados conselhos comunitários, que eram federações de associações

de bairro, que mesclavam preocupações comunitárias com os objetivos metropolitanos. “O primeiro conselho surgiu em Vila Velha, do qual fui presidente. Progressivamente, eles foram sendo criados em outros municípios, como em Cariacica, Vitória, Viana, e mais tarde, em 1986, apareceram em cidades do interior, como Cachoeiro e Linhares”, conta ele.

## FAMOPES

Krohling sempre esteve engajado nos movimentos populares do Espírito Santo, que inclusive foi tema de sua tese de Doutorado. Foi o primeiro presidente da Famopes — Federação das Associações de Moradores do

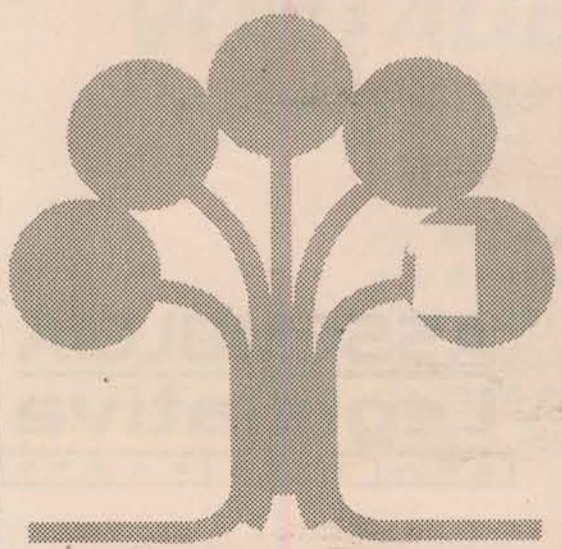
Movimento Popular do Espírito Santo, quando ela surgiu, em 1987. “A Famopes ampliou a discussão sobre movimento popular e a Região Metropolitana, dando uma dimensão estadual a essas questões. Promoveu juntamente com o Instituto Jones dos Santos Neves o primeiro Seminário sobre Região Metropolitana. Além disso, a Famopes acompanhou e participou do processo de promulgação da Constituição Estadual, além de ter atuado bastante na Assembléia Legislativa para que a criação da Região Metropolitana fosse efetivada”, explica o subsecretário Estadual de Educação.

## DIFICULDADES

Segundo Krohling, o

trabalho para aprovação do projeto da Região Metropolitana na Assembléia esbarrou em mentalidades provincianas. “Demorou, mas conseguimos com que alguns deputados do interior, receosos que o projeto acarretasse falta de repasse de recursos para seus municípios, entendessem o significado da criação da Região. E os movimentos populares têm uma parcela significativa nesse processo. Logo, acho fundamental que agora as lideranças dos movimentos populares também façam parte do Conselho Metropolitano”, opina ele.

Na opinião de Aloísio Krohling, os movimentos populares de uma maneira geral foram a escola da cidadania não só para capixabas, mas para todos os brasileiros. “Em plena ditadura militar nos mobilizamos para lutar pelo direito a uma vida mais digna. No Brasil, a Igreja progressista, através das Comunidades Eclesiais de Base tiveram um papel fundamental nisso”, analisa ele. Para Krohling, algumas vitórias do movimento popular estão evidentes na vida do cidadão hoje, como os orçamentos participativos, nos quais os cidadãos opinam e votam as prioridades para o uso do dinheiro público, tanto em nível municipal quanto estadual. “O governo atende mais às necessidades dos movimentos. Um exemplo é o da Cohab, que tem em seu Conselho Administrativo um representante do Movimento Popular. Tudo isto demonstra que não lutamos em vão”.



REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

**Muita gente precisa de socorro urgente. Mas tem que esperar até ser atendida em outro município.**

Quando precisa de um médico, a maioria da população sai de Cariacica, Viana, da Serra e de Vila Velha para procurar atendimento em Vitória. O sistema fica saturado, causando filas, longas esperas e

muito sofrimento.

Com a implantação da Região Metropolitana da Grande Vitória, o atendimento médico pode ser descentralizado. E a população vai ser bem tratada em seu município.

**ESPIRITO SANTO**  
GOVERNO DO ESTADO

# Expansão dos municípios cria novo movimento social

*Professora da Ufes faz análise dos movimentos sociais urbanos e cita surgimento de São Pedro como marco desse fenômeno na Grande Vitória*

As cidades selecionadas para constituir pólos econômicos e sociais no Brasil após os anos 60 sofreram uma urbanização acelerada. Isso resultou na expansão dos limites entre os municípios de uma região, tornando-os interdependentes. Diante dessas alterações, cresce o fenômeno da periferização, das cidades-dormitórios e as necessidades de moradia, serviços de transporte, saúde, educação. São nessas áreas periféricas que irão surgir as reivindicações de acesso a bens de consumo coletivo vinculados ao mundo urbano crescente. Compreender alguns aspectos desses movimentos é o objetivo da análise elaborada pela socióloga e professora da Ufes Ana Maria Doimo.



O momento mais expressivo dessas articulações sociais ocorreu entre os anos de 1979 e 1985, período marcado por inúmeras manifestações, como os acampamentos em praça pública e a realização de abaixo-assinados. Tais movimentos vão estar sustentados na presença de um enorme contingente populacional proveniente do interior do Estado, do Sul da Bahia e do Norte



Ana Maria Doimo é professora de Sociologia na Ufes

de Minas Gerais.

Em Vila Velha, a primeira manifestação, ocorrida entre os anos de 78 a 80, que reivindicava melhorias no serviço de transporte coletivo, mobilizou mais de 20 grupos de bairros. Movimentos como esse surgiram, orientados por um conjunto de princípios que valorizava a autonomia ideológica, negando as práticas clientelistas e paternalistas de associações tradicionais, informa a socióloga.

Ana Doimo enxerga por trás desse discurso da espontaneidade uma ala-

vanca muito importante para a sustentação dos movimentos: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), lideradas pela Igreja Católica. De acordo com a socióloga, cada bairro possuía uma CEB dentro da qual aglutinavam-se as lideranças sociais locais. Tais articuladores acabariam por compor as comissões de bairro cujo objetivo era o de lutar pela melhoria da qualidade de vida da população.

As CEBs da Grande Vitória tornaram-se referência para todo o Brasil,

chegando a sediar, em Vila Velha, os dois encontros nacionais da entidade, promovido nos anos de 75 e 76. Essa projeção capixaba pelo País foi consolidada pela atuação de representantes capixabas da Teologia da Libertação junto às questões sociais. Em Vila Velha, os movimentos eram organizados pela Igreja através das pastorais da saúde, operária e da periferia.

De acordo com estudos da socióloga, muitas das diretrizes das manifestações urbanas são geradas, nesse momen-

to, no âmbito da pastoral da periferia da Arquidiocese de Vitória. A Igreja constituiu-se também num espaço de mobilização de grupos de esquerda perseguidos pelo autoritarismo político.

Incentivados pelo sentimento da criação de uma sociedade mobilizada, não manipulada, os manifestantes saíam de um movimento e entravam em outro e, assim, durante anos participavam desse processo. "Esta energia sócio-política foi canalizada na criação partidária, na articulação da Constituinte, na consolidação de direitos e para o âmbito institucional", explica a socióloga. É consolidada a criação de novos espaços de participação ao se permitir um maior acesso da população às políticas públicas. Um exemplo é a implantação do Conselho da Criança e do Adolescente a partir de investimentos da Pastoral do Menor. O Partido dos Trabalhadores (PT), segundo Ana Doimo, pôde constituir-se através dessas energias movimentistas, enraizando sua ideologia tanto no plano sindical quanto no plano popular.

## A ASSEMBLÉIA NÃO ANDA À TOA

*Pela primeira vez em nossa história política, a Assembleia Legislativa estará percorrendo todas as regiões do Espírito Santo, trabalhando numa ação conjunta de parlamentares, lideranças comunitárias e políticas. É o espírito de participação e integração com o povo.*

**ASSEMBLÉIA  
Legislativa**

ESPIRITO SANTO

## REFORMA

Houve um momento de desarticulação desses movimentos, informa a socióloga. Ela explica que tratou-se de um reflexo nacional causado pela Reforma Partidária de 1979. Imersa na incerteza de qual seria a nova filiação partidária das pessoas, a Igreja afasta-se da cena política para planejar sua atuação futura. Ana Doimo acredita que "sem a presença da Igreja, que significava a estrutura simbólica, organizativa e material dos movimentos, é quebrada a centralidade da articulação". Nessa fase, cada bairro vai cuidar do seu problema específico, como uma vala aberta num local, um buraco na rua etc.

A reaglutinação, em Vila Velha, surge a partir dos anos 80 com o Movimento de Moradia. Em Vitória, houve o Movimento pela Água e Saneamento, que reunia muitos moradores das baixadas e morros. Entre os anos de 81 e 85, o movimento contra o desemprego, vinculado diretamente aos efeitos perversos da instalação dos "Grandes Projetos", também representou esse retorno. Isso porque a mão-de-obra migrante não foi absorvida pelas indústrias com o término das obras.

Tal movimento chegou a cadastrar 6 mil desempregados. Mas cerca de 15 mil pessoas empregadas na construção dos "Grandes Projetos" foram demitidas durante esse período. Dentre as

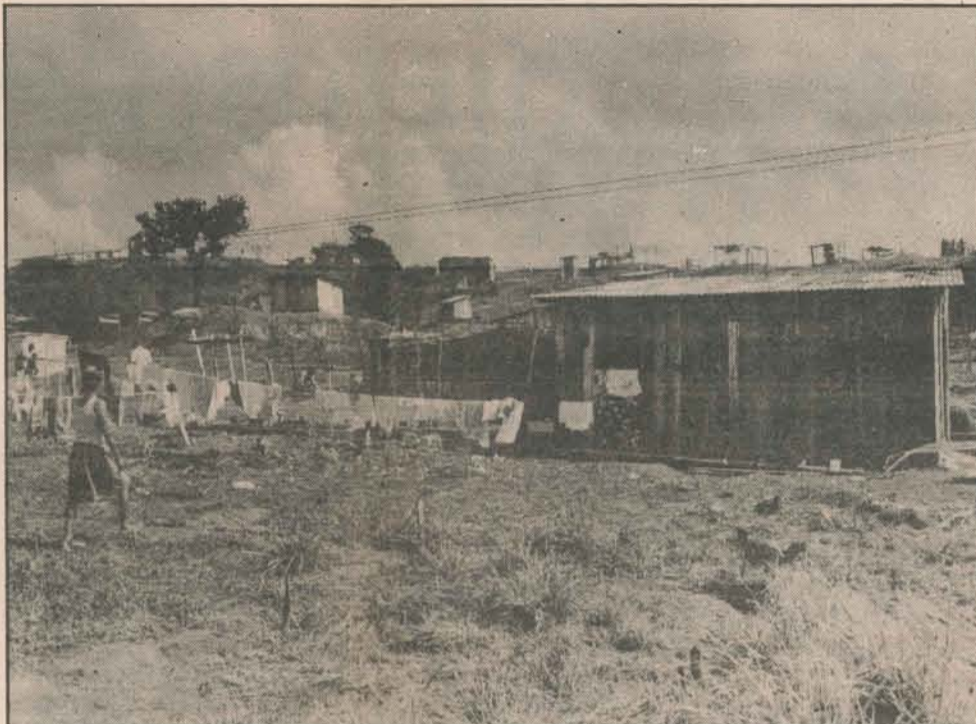


reivindicações dos desempregados, estavam a abertura de frentes de trabalho, isenção do pagamento de taxas de água e luz, garantia de cestas básicas de alimentos para o sustento de suas famílias.

Na avaliação de Ana Doimo, embora a situação fosse visível, os manifestantes tiveram que executar o cadastramento dos desempregados como forma de sensibilizar o governo do Estado, dirigido por Gerson Camata. Ana Doimo ressalta ainda que esse período de crise local coincidiu com a crise nacional de recessão.

## SÃO PEDRO

O movimento mais expressivo da região da Grande Vitória ocorreu a partir do ano de 1977, com a invasão de uma extensa área de mangue, conhecida hoje como Grande São Pedro. Esta é a avaliação da socióloga. Para ela, "foi um movimento que deixou suas marcas ao transformar a configuração urbana dessa localidade e ao mexer com vários interesses, inclusive com os da classe média ascendente, que via naquela



região a possibilidade de construção de um novo bairro". Na verdade, um novo bairro foi edificado, constituído de populações de baixa renda, excluídas do acesso à moradia em lotes urbanizados, que constroem suas casas sob a forma de palafitas.

De acordo com Ana Doimo, a força do movimento foi suficiente para consolidar o objetivo e prover minimamente de moradia esse segmento da população que antes habitava a periferia longínqua do município de Vila Velha. A região foi se expandindo de modo acelerado, formando os bairros de São Pedro II, III, IV, V, e de repente, eram mais de 20 mil famílias instaladas nessa área da capital.

O início da ocupação de São Pedro se deu através da implantação

de um projeto federal de erradicação de favelas conhecido como Promorar. Durante a execução do Promorar, "o bairro ficou mobilizadíssimo e eles quiseram até decidir sobre o nome das ruas que deveriam simbolizar a trajetória de luta dos moradores", enfatizou Ana Doimo. Exemplos dessa atuação são a "Rua do Grito" e a "Rua 4 de Setembro", sendo que a última comemora a data de reconhecimento do bairro. "Uma forma original e eficiente de construção da identidade comunitária", chama a atenção a socióloga.

O perfil do movimento autoconsciente do bairro São Pedro sofreu alterações. A crescente urbanização causa uma desarticulação no movimento, pois a carência, uma das grandes motivações para a luta, é aten-

dida. Em sua análise, Ana Doimo aponta para a apropriação, por parte do Estado, de um apelo popular — a carência. Essa é reelaborada pelas autoridades políticas através da satisfação das demandas. O resultado é a desarticulação da própria energia contestadora do movimento, explica. Ao lado da carência, entretanto, existem códigos ético-políticos também motivadores da ação, como a Igreja, os intelectuais e os grupos de esquerda, lembra a socióloga.

Outra questão abordada por Ana Doimo relaciona-se ao efeito da urbanização sobre uma população de baixa renda. Ela pergunta: será que a população que invadiu São Pedro é a mesma moradora desse bairro, hoje, urbanizado e valorizado? "Provavelmente não. Ocorreu

uma expulsão imperceptível, pois esta incide sobre o indivíduo e não existe um coletivo funcionando como um termômetro disso", responde.

## ENERGIA


A importância desses movimentos sociais urbanos está vinculada ao fortalecimento de um processo de indignação pública, baseada na problemática social. Entretanto, segundo a ponderação da socióloga, tais movimentos tinham pouca força transformadora do Estado. "São articulações que fazem um discurso aguerrido contra o Estado, mas que constroem demandas ligadas ao lado provedor do governo, reforçando suas estruturas burocráticas", analisa.

Embora os movimentos tenham um sentido corporativista e integrativo, eles significaram uma alavanca de mudança do panorama do espaço urbano congestionado, pois adequou a população ao novo perfil dessa cidade. São mobilizações responsáveis pela criação de energias que vão gerar rebatimentos políticos significativos. "Daí entendemos como o PT, através de Magno Pires, consegue administrar Vila Velha e Vitor Buaz assume o governo da capital e depois o do Estado. Em Vitória, ocorre um processo de organização popular sindical capaz de fornecer recursos de poder para este tipo de empreendimento", concluiu Ana Maria Doimo.

# Região Metropolitana.

# A união é que faz a força.

## NASSAU

CIMENTO NASSAU  UM CAPIXABA FORTE

# Grandes projetos de impacto, um olhar 20 anos depois

Marta Zorzal e Silva

Vistos a posteriori os efeitos do arrojado processo de industrialização e de mudanças sócio-econômicas que se efetivou no Espírito Santo, nas últimas décadas, não se tem clareza da dimensão das articulações políticas e econômicas que vieram pautando a agenda política capixaba desde o final dos anos 50.

Estas constituem uma trajetória ainda pouco explorada, tanto no debate acadêmico, como também em outros espaços do campo intelectual, quando se enfoca o desenvolvimento recente do Espírito Santo e suas tendências futuras. Os impactos do processo de industrialização e de diversificação da economia capixaba tendem a aparecer, tanto para as novas gerações como para a sociedade em geral, como um movimento inexorável das "forças do progresso" que, mais cedo ou mais tarde, acabariam inserindo o Espírito Santo no processo de industrialização que vem sendo implementado na sociedade brasileira desde os anos 30.

Os aspectos que têm adquirido maior visibilidade nesse debate têm sido, de um lado, os impactos provocados pela implementação de grandes investimentos numa economia de reduzida magnitude — caso do Espírito Santo até os anos 70 — nas suas diversas dimensões, e de outro, a construção de cenários que buscam caracterizar suas tendências futuras a partir de macro-hipóteses estruturantes. Estes cenários, em geral, são elaborados considerando um leque de opções que variam entre dois extremos: o livre jogo das forças de mercado como balizador ótimo das oportunidades de investimento; e a ação disciplinadora e reguladora do Estado como forma de corrigir os desajustes do passado e orientar as pos-

sibilidades futuras. Não se quer dizer com isso que essa discussão seja irrelevante, muito pelo contrário. Dependendo da perspectiva, ênfases distintas serão dadas ao que se considera benefício e ao que se considera mazela do processo. Assim como diferentes alternativas serão apontadas na prospecção do futuro. Ou seja, na essência mesma do debate reside uma questão preliminar referente à ação política dos atores relevantes que protagonizam o processo.

Apesar de se ressaltar a importância dos processos políticos para compreender as trajetórias particulares do desenvolvimento regional, na maioria das vezes a tônica principal das análises, o enfoque é econômico. Pouca ênfase tem sido dada aos aspectos propriamente políticos que marcam as especificidades que distinguem o caráter tardio da industrialização capixaba dos demais processos que ocorreram em outros estados da Federação brasileira. Pouco se sabe sobre os interesses que presidiram as principais articulações no cená-



riedade" urbano-industrial.

Não é minha intenção dar conta, neste espaço, de todas as questões levantadas. Até porque a maioria ainda prescinde de pesquisas para melhor elucidação, mas apenas destacar alguns aspectos. Estes vistos sob a ótica de alguns protagonistas, considerando a conjuntura estadual/nacional/internacional na qual eles se movimentaram, com o intuito de indicar pistas, e até mesmo resgatar lances significativos, que auxiliam na reflexão em torno do futuro da sociedade capixaba.

O cenário conjuntural mundial e nacional que circunscreveu a ação política desses atores esteve marcado por profundas



Marta Zorzal está fazendo Doutorado na Universidade de Campinas

rumos da sociedade brasileira e, por conseguinte, da capixaba. As formas de saída das crises tanto redefiniu possibilidades e reorganizou agentes como limitou e/ou eliminou alternativas.

É, portanto, na complexidade desse contexto de crises e de mudanças expressivas que a sociedade capixaba sofreu profundas transformações, cuja principal característica é o ritmo acelerado do processo. Em menos de 20 anos o Espírito Santo foi inserido nos circuitos contemporâneos da acumulação capitalista mundial. Mudou seu padrão de desenvolvimento agro-exportador (anos 60), para urbano-industrial (anos 80). O modelo que presidiu esse processo esteve ancorado na concepção do Estado desenvolvimentista, cuja lógica é a indução do crescimento econômico via sustentação estatal.

No entanto, já em meados dos anos 80 as cri-

ses da economia capitalista mundial ao evidenciar o esgotamento dos modelos hegemônicos (sobretudo os de corte keynesiano) em propor saídas, põe em questão o papel do Estado enquanto propulsor/sustentador do desenvolvimento econômico. Nesse segundo movimento, a economia capixaba que, nas décadas de 70 e 80, fora transformada radicalmente, em virtude do forte componente indutor da ação estatal, inicia um processo inverso. A lógica do mercado assume a tônica do debate e nele a preconização da privatização dos principais empreendimentos estatais. Estes foram de crucial importância para o incremento da dinâmica econômica regional. Alguns, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), apesar de sua origem anterior, tiveram importância estratégica na determinação e mesmo na configuração do cenário sócio-econômico que ca-

racteriza o Espírito Santo neste final de século.

Voltando às questões levantadas, é preciso identificar na ação dos principais protagonistas os interesses que moldaram suas estratégias no contexto das mudanças mais gerais da sociedade brasileira. Uma leitura, ainda que rápida, da imprensa capixaba traz valiosas indicações nesse sentido. É interessante notar como falas e eventos, além de indicar um amplo consenso em prol da industrialização como via redentora da crise econômica que assolava a economia capixaba, nos anos 60, revela também diferentes perspectivas em torno do processo. A transcrição de alguns trechos de falas dos principais atores ilustra, em grandes linhas, o caráter dessas lutas e os destinos que diferentes representantes políticos e empresariais visualizavam para a sociedade capixaba.

Assim, no limiar dos anos 60, as elites políticas

*"A sociedade capixaba inseriu-se em tempo recorde na era da modernidade urbano-industrial"*

rio estadual/nacional e internacional; sobre as pautas de negociação e suas mutações ao longo do processo; sobre o papel jogado pelos diversos protagonistas — governadores, empresários, políticos, partidos, organizações civis etc. — suas estratégias, principais lances e cacifes que dispunham. A resultante, no entanto, é relativamente conhecida. Produziu em tempo recorde a inserção da sociedade capixaba na era da "modernidade econômica e políti-

cas. Estas, causadas por razões distintas e expressando contradições específicas às suas esferas de referência, pontuaram o cenário nacional, local e internacional ao longo das últimas décadas. A interação entre esses níveis e os impactos resultantes no sentido internacional/nacional/local ampliou em grande medida e esfera de incertezas e de instabilidade, onde agentes econômicos e políticos tomaram decisões, que foram cruciais na redefinição dos

*No limiar dos anos 60 as elites capixabas*  
 e econômicas capixabas pela primeira vez promoveram um evento de natureza distinta que se tornaria lugar-comum nas décadas posteriores: o Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Fev/60). Este foi patrocinado pela Findes, Confederação Nacional da Indústria e governo estadual. Lançou os primeiros embriões do planejamento econômico e da industrialização como forma de atingir o desenvolvimento. Foi organizado pelo Conselho Técnico da Findes, o qual tinha como principais protagonistas: Arthur Carlos G. Santos (futuro governador do Estado), Eliezer Batista (superintendente da CVRD), Lélío Rodrigues (diretor do Banco de Gestão de Arthur Carlos) e Pietrângelo de Biase, entre outros.

Este seminário foi importante nessa trajetória porque, além de mudar o tom do debate, até então eminentemente revanchista e paroquial, chamou atenção das elites para o fato de que o "atraso econômico estadual" era resultante de "desajustes" mais gerais da economia brasileira. Na realidade, a economia capixaba, apesar de pertencer à Região Sudeste, não havia sido beneficiada com a industrialização em curso e nem havia sido incluída nas políticas que visavam corrigir os efeitos dos "desequilíbrios" causados pelo referido processo (Sudene, Sudam, Sudeco etc.).

É neste cenário que Carlos Lindenberg, então governador do Estado,



ênfaticamente em discurso pronunciado por ocasião da passagem do ano 1960/61: "É preciso desenvolver para sobreviver!". E, em meados dos anos 60, no auge da crise econômica e financeira estadual resultante das drásticas mudanças na política cafeeira, são realizados vários eventos e pleitos em favor do Espírito Santo. Entre estes a luta pela conquista de um tratamento diferenciado para a economia estadual, via incentivos fiscais, foi o que assumiu maior visibilidade no cenário sócio-político.

Dessa forma, durante o governo de Christiano Dias Lopes (1967/70), as seguintes falas, além de evidenciarem a situação de crise da economia capixaba, revelam a natureza dos interesses que pontuaram o discurso. Assim, em 1968, Oswaldo Zanello, ex-líder do PRP, diante dos impasses vivenciados no pleito pelos incentivos, enfatizaria que "o Espírito Santo é o filho enjeitado da nação". (A Gazeta, 13/07). Em agosto de 1969, Christiano Dias Lopes, diante da possibilidade quase consumada de aprovação do projeto de criação dos incentivos fiscais para o Espírito Santo, afirmaria: "Os incentivos



"A CVRD teve importância crucial na determinação do cenário capixaba"

fiscais abrirão os grilhões que prendem o Espírito Santo ao subdesenvolvimento" (A Gazeta, 29/08). A repercussão na classe empresarial em virtude da aprovação dos incentivos fiscais pode ser vista na fala do então presidente da Findes: "A luta foi árdua, (...), redundou

que as "defasagens" do Espírito Santo só seriam superadas se fossem feitos "grandes investimentos de impacto", capazes de impor dinamismo à economia estadual, encontra durante o governo de Arthur Carlos G. Santos (71/74) condições mais do que favoráveis para se tor-

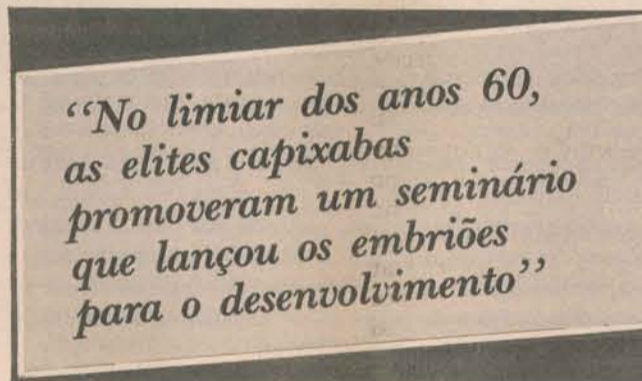
dição para o "take off", isto é, para o salto rumo ao desenvolvimento econômico.

A natureza e a estratégia do projeto de desenvolvimento que então se formulou, pode ser vista a partir de trechos da fala de seu principal defensor e executor, Arthur Carlos G. Santos: "Ao assumirmos a administração estadual, procuramos compreender as potencialidades inerentes ao nosso Estado, desde a sua posição geográfica até a presença da CVRD e o Porto que não estavam sendo utilizadas de modo amplo por diversas razões. (...) Como corolário natural, impôs-se mostrar que a aceleração desenvolvimentista seria função direta de recursos externos a serem carreados. A utilização-exclusiva de investimentos locais propiciaria um crescimento dentro dos padrões tradicionais tão-somente, mesmo levando-se em conta a política de incentivos. Para

uma transformação mais intensa, os recursos externos configuravam-se imprescindíveis. (...) Havia necessidade de se montar um esquema de atração. Fizemos isto utilizando como 'capital inicial' o Porto e a CVRD. (...) O Espírito Santo só poderia ter um processo de demarcação total com a realização de um projeto de igual ou maior magnitude que a 'Vale do Rio Doce'". (A Gazeta 16/3/95).

Enfim, mais do que apenas ilustrativo do debate em pauta durante os anos 60 e 70, essas falas mostram que projetos distintos e estratégias diferentes estavam na base das disputas e articulações que estruturaram as mudanças radicais que ocorreram na sociedade capixaba. Apesar das condições políticas especiais — ditadura militar — que constituíram o cenário mais geral onde eles foram implementados, seus méritos ou mazelas não derivam apenas desse fato. O adequado entendimento desse processo como um todo, pela maioria dos cidadãos capixabas, não é apenas uma questão nostálgica de rever o passado, ou assunto para os "tecnocratas" do governo ou cientistas sociais, mas questão fundamental para o exercício da cidadania, via participação efetiva nos debates acerca dos rumos futuro da sociedade capixaba.

Marta Zorzal e Silva é professora de Ciência Política da Universidade Federal do Espírito Santo e Doutoranda da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)



em sucesso que abriu não uma página, mas um capítulo na história do Espírito Santo" (A Gazeta, 5/10/69).

No início dos anos 70, a trajetória dessas lutas e articulações seria marcada por uma profunda inflexão. A idéia de

nar realidade. Na verdade uma conjunção de fatores econômicos e políticos tanto no plano regional/nacional como no internacional criou condições para a expressão dos interesses que viam na aliança com o capital estrangeiro a principal con-

## Milhares de famílias não têm onde morar. A integração de esforços ajuda a solucionar este problema.

Para abrigar todas as famílias sem teto da Grande Vitória é preciso construir 100 mil casas. Este é um desafio que um município só não dá mais conta. Precisa do esforço dos cinco municípios que integram a Grande Vitória para dar

moradia a quem precisa.

A Região Metropolitana pode estimular projetos alternativos e mais baratos, a construção de lotes urbanizados para as famílias, e a captação de recursos para a habitação.



**ESPIRITO SANTO**  
GOVERNO DO ESTADO

# O passarinho canta E o migrante chora

*“O passarinho voa, voa, voa, voa, mas sempre quer uma árvore para se sentar, porque ele não pode ficar só voando. E assim é o povo que sai da sua terra, caçando bondade e melhoria. Hoje está aqui, amanhã em outro lugar, depois em outro... Quer dizer, está como um passarinho que ainda não achou um pau para sentar. Porque o passarinho, se ele voa, voa, ele vai achar um pau para sentar na fresca. E nós ainda não achamos nossa árvore para sentar. Estamos voando, voando, em tempo de cair do ar sem achar o lugar. O povo é que nem passarinho, está voando, voando, e não acha onde sentar. Só que o passarinho canta, e o migrante chora”. (Marilda Aparecida de Menezes).*



As residências da periferia são precárias e abrigam de 5 a 8 pessoas

Quando se estuda o modelo urbano-industrial excludente adotado no Brasil, são analisados os vários efeitos geográficos, econômicos, políticos, sociais e culturais. Embora seja possível traçar os impactos que tais mudanças acarretam para a vida dos migrantes, poucos trabalhos revelam as nuances do universo desses brasileiros. Com o intuito de compreender o modo de vida, os desejos e as frustrações do migrante capixaba, a historiadora Maria da Penha Siqueira elaborou um estudo intitulado “Vitória além dos seus limites”.

O processo de aglomeração urbana de Vitória aconteceu a partir da chegada de um grande contingente de migrantes provenientes do interior do Estado, Sul da Bahia e Norte de Minas Gerais, além de contar com a dispersão da própria população pelos municípios. A partir de 1960, a malha urbana capixaba expandiu-se de modo tão acelerado que, em 1980, 34,9% da população do Espírito Santo estavam morando nesta região.



A iniciativa do trabalho surgiu em 1991 com o objetivo de desvendar essa parte da história capixaba através da percepção dos próprios migrantes. Nessa época, Maria da Penha Siqueira acabou de concluir junto à Universidade de São Paulo (USP) sua tese de doutorado sobre “Industrialização e Empobrecimento Urbano — o caso da Grande Vitória 1960/1980”, no qual analisa teoricamente a migração.

“Vitória além dos seus limites” foi criado a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido pela professora Maria da Penha Siqueira e os alunos de iniciação científica do curso de História da Ufes Nelson Almeida Filho, Madalena Corrêa, José Elias Rosa e Flávio Vezoni. O trabalho consistiu de visitas aos bairros

da periferia espalhados pela Grande Vitória como São Pedro, Itanhenga, Terra Vermelha e Marajá, entre outros. Através das Associações de Moradores e da indicação dos próprios habitantes dos bairros, foi possível chegar às casas dos migrantes a serem entrevistados.

Após as especificações técnicas, deu-se início à pesquisa de campo percorrendo as baixadas, morros, mangues e conjuntos habitacionais de baixa renda. Observar a realidade em que vivem os migrantes e principalmente ouvir suas histórias sobre desejos e frustrações foi a meta do projeto. O material humano absorvido quebra a rigidez estatística das análises numéricas e revela um migrante cujos maiores sonhos são conseguir um trabalho assalariado e uma casa melhor.

Os estudos constataram que as casas precárias da periferia são pequenas, com baixo padrão de construção e abrigam famílias de cinco a oito pessoas ou até mais. “São as casas próprias em que a lógica especulativa fixou boa parte da classe trabalhadora”, explicou Penha Siqueira.

Como a política habitacional não se baseia nas condições para a sobrevivência do trabalhador, a direção seguida por esta população foi a da favela.

Segundo dados de uma pesquisa publicada pelo Instituto Jones dos Santos Neves em 1987, a Grande Vitória abrigava 500 mil moradores aglomerados em 179 assentamentos subnormais distribuídos da seguinte forma: 47 em Vitória, 25 em Vila Velha, 27 em Viana, 60 em Cariacica e 20 na Serra.

Dos municípios que compõem a Grande Vitória, a capital tem a melhor situação em termos de atendimento às necessidades dessa população favelada. Vitória sofreu o mesmo tipo de ocupação territorial e continua enfrentando problemas agravados pela precariedade dos aglomerados. Entretanto, na avaliação do estudo, a capital caminhou no sentido de se promover o crescimento planejado da cidade. Um dos instrumentos de controle integrante desta ação é o Plano Diretor Urbano elaborado em 1984.

O emprego é o principal instrumento de garantia do migrante para

alcançar uma vida melhor. Mas sem qualificação profissional e muitas vezes sem documentos de comprovação de residência e identificação pessoal, o sonho de ingressar no mercado formal de trabalho ficou no imaginário dessas pessoas. A saída para os homens está nas atividades temporárias de pedreiro ou ajudante de pedreiro. Às vezes conseguem serviços de carpinteiro, pintor, porteiro ou servente. As mulheres, que em muitos casos são chefes de família, normalmente exercem a função de faxineira.

Desde a conclusão das obras dos grandes projetos, grupos de trabalhadores ingressaram no mercado informal. Muitos sobrevivem até hoje como biscateiros, vendedores ambulantes ou em outras atividades. Um dos migrantes entrevistados desabafou: “... aqui a gente faz qualquer negócio, mas na realidade a gente é mesmo lavrador”.

Dentre as constatações do trabalho a mais surpreendente foi revelada em depoimento como este: “Aqui a gente não tem nada, mas lá também não tem nada para fazer. O que não dá pra fazer é

voltar pra trás. Temos que ficar por aqui mesmo”. Apesar de demonstrarem insatisfação e insegurança com relação ao seu futuro, a tendência natural é permanecerem na cidade.

Mesmo assim alguns não escondem a tristeza de terem sido forçados a abandonar sua terra de origem para tentar sobreviver em outro lugar. Com relação a isso, o depoimento selecionado pelo grupo de pesquisa foi o relato de um migrante nascido e criado no Espírito Santo. Ele contou que “depois de muito tempo trabalhando de meeiro, a roça ficou sem condição. Mas eu gosto mesmo é da roça. Quando vim

pra cá com minha família, eu vim, mas não vim assim muito satisfeito não. Aqui a pessoa trabalha de empregado, e o dinheiro que ele pega é muito pouco e tem que comprar tudo. E lá alguma coisa eu não comprava. Farinha eu fazia, porco eu tinha, minhas galinhas era solta no terreiro, elas punham assim, oh! Tem gente que tá aqui e fala: na roça era pior, mas se eu achasse um pedaço de terra pra mim, eu voltaria. Mas lá só tem pasto para o gado. Eu queria era plantar, de tudo um pouquinho. Aí eu ficava satisfeito. Mais eu precisava ter a condição da gente chegar e garantia de trabalhar até o fim, e não trabalhar um ano, dois e depois ter que largar tudo. É trabalhar e ficar pra sempre”.

Ao final de dois anos de trabalho, o grupo ficou muito sensibilizado com a outra face da marginalização enfrentada por estas pessoas por parte de toda a sociedade. A professora Penha Siqueira explica que os moradores da periferia também estão assustados com a violência urbana, querem da mesma forma oferecer educação aos filhos e zelar pela saúde de cada membro da família.

# Processo de mudanças continua

**Os grandes projetos fizeram com que surgissem uma classe média ligada a eles e setores que oscilam entre o subemprego e a economia informal**

O Espírito Santo está prestes a iniciar um novo processo de mudanças na sua estrutura econômica e social, antes mesmo de haver assimilado todas as transformações provocadas pela implantação dos grandes projetos, na década de 70. Quem garante é o professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Roberto Garcia Simões.

“Estamos vivendo um momento crucial para o Estado, principalmente em termos de capacidade de investimento em educação e saúde, que são aquelas questões vitais”, explica. “O comércio internacional é importante, mas agora é preciso que nós internalizemos alguns benefícios desse processo, e essa é a grande meta daqui para a frente”.

Para Roberto Garcia Simões, os desdobramentos produtivos que estão sendo alavancados têm como resultado fortalecer a capacidade de geração de emprego e renda. “É o mais importante: vão fortalecer as finanças públicas e possibilitar investimentos nas áreas de educação, saúde e moradia”.

Simões avalia que, nes-



se novo ciclo de investimentos, empresas como a Samarco, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a Aracruz Celulose e a Vale do Rio Doce (CVRD) poderão aplicar recursos da ordem de R\$ 1 bilhão.

Isso, porém, vai reforçar a tendência da Grande Vitória e do litoral capixaba de serem, efetivamente, os espaços produtivos beneficiados. Por isso, o ponto-chave a ser considerado é o da regionalização dos investimentos, reduzindo a tendência do esvaziamento do interior e evitando o reforço dos desequilíbrios entre as regiões, alerta o professor.

Esses novos investimentos ainda teriam, na visão de Garcia Simões, o papel de contribuir para melhorar a situação financeira



Roberto Garcia Simões

do Estado. Nos últimos anos, o Espírito Santo foi um dos estados que mais cresceu, sendo que em cinco ou 10 anos, a economia capixaba fez o que alguns estados fizeram em 20 ou 30 anos. “Nós começamos a tratar da industrialização ao final dos anos 60, e isso foi feito há 200 anos na Europa e, no caso do Rio de Janeiro e São Paulo, desde o início do século”, explica Simões, para quem o desenvolvimento capixaba tem um caráter hipertardiado.

“Estes grandes projetos têm uma dimensão político-institucional muito importante, ou seja, eles não podem ser considerados só enquanto empresa no sentido estritamente econômico”, avalia o professor da Ufes.

Entre as vantagens trazidas pelas empresas que aqui se instalaram, Roberto Garcia Simões destaca o crescimento da capacidade de se expressar os interesses do Estado em nível nacional, e a conseqüente atração de investimento. Além disso, essas empresas têm uma grande aptidão para definir políticas públicas não estatais, como, por exemplo, no fortalecimento da pequena e da média empresa.

Simões, porém, adverte para os ônus sociais trazidos pela migração desordenada. Ele ressalta, ainda, que o processo de desenvolvimento gerado pela implantação dos grandes pro-

jetos ainda não terminou. “Nós estamos assistindo a um processo que ainda não assimilamos, de mudanças que ficaram concentradas no tempo mas que, só agora, estamos refinando nosso conhecimento a respeito”, observa.

“Isso teve uma mudança na estrutura social da Grande Vitória, e nós assistimos à formação de uma nova classe média vinculada a esses grandes projetos”, diz. “É algo complexo, porque de um lado você tem a inclusão dessa nova classe média e, de outro lado, há setores que oscilam entre subempregos e a economia informal”.

O momento, para Garcia Simões, é de expansão. “É a perspectiva desses projetos articularem sua dimensão internacional com a possibilidade dos insumos que produzem ativar a geração de outras unidades”, acredita Simões. Neste final de século, estas grandes empresas, como a CST e a Aracruz Celulose, estão fazendo investimentos responsáveis por um grau maior de articulação com a possibilidade de geração de novos empreendimentos no Espírito Santo.

A dívida social, porém, precisa ser repensada. “Por mais que se quisesse compatibilizar fluxos migratórios e demandas sociais com a capacidade de investimento, era e é óbvio que as necessidades adicionais de infraestrutura superavam em muito a capacidade de investimento”, pondera.

As seqüelas ambientais também são alvo de crítica. “Na época da implantação dos grandes projetos, o meio ambiente não era considerado uma dimensão vital para o desenvolvimento. A po-

luição era vista como o preço do “progresso”. Foi necessária a mobilização do governo e da sociedade civil para exigir investimento contra a poluição”. O professor acredita que hoje o processo de consolidação de uma consciência ambientalista deve ser mantido e aprimorado porque a qualidade de vida é questão básica para o desenvolvimento.

## EDUCAÇÃO

Roberto Garcia Simões defende que as empresas trabalhem em parceria com o governo, contribuindo para melhorar o nível educacional do Estado. “Para ter competitividade é preciso que o ambiente onde a empresa está instalada também seja competitivo”, explica.

Como o Estado estava saindo de uma longa fase em que predominou a economia rural, a mão-de-obra qualificada era praticamente inexistente. “Até hoje padecemos dessa formação especializada”, garante Simões.

Dessa forma, o núcleo inicial da economia capixaba foi buscar a mão-de-obra de que necessitava em outros estados. “Era possível tentar algum treinamento para aproveitar melhor os trabalhadores disponíveis, mas isso requer uma articulação maior entre a iniciativa privada, as universidades e o governo, para fazer com que essa empresa fortaleça suas ligações com a base territorial onde ela está instalada”.

Para Simões, a capacitação de mão-de-obra é uma questão que deve estar na ordem do dia, daqui para a frente. E, principalmente, na mesa de negociação entre governo, empresas e universidade.

## O DESENVOLVIMENTO TEM QUE CAMINHAR JUNTO COM O BEM COMUM.

*O debate sobre a REGIÃO METROPOLITANA é importante para que se encontre novos caminhos à melhor qualidade de vida e distribuição de oportunidades. É tarefa da Assembleia Legislativa do ES avaliar os prós e contras na defesa e interesses do cidadão.*

**ASSEMBLÉIA  
Legislativa**

ESPIRITO SANTO

# Lideranças são quase as mesmas, diz professor

*Ressaltando a existência de políticos modernos no ES, Gualberto lembra que em alguns municípios os mesmos políticos se alternam na prefeitura*



As transformações urbano-industriais ocorridas no panorama do Espírito Santo nas últimas décadas criaram elementos de perversidade e de modernidade na esfera política do Estado. A análise é do cientista político João Gualberto. Para apresentar a discussão, Gualberto formula uma retrospectiva das articulações políticas, enfatizando alguns dos principais "atores" da história capixaba.

Antes do golpe militar, dois grupos políticos se alternaram no poder dentro do governo do Espírito Santo. Eles se dividiam em duas correntes: a agrícola e a industrial. A "ala" relacionada à agricultura era representada por Carlos Lindenberg. Do outro lado, existia um grupo mais progressista do ponto de vista do desenvolvimento econômico, alinhado ao pensamento de Juscelino Kubitschek. Essa tendência nacional foi captaneada por Jones dos Santos

Neves, no Espírito Santo.

Jones elaborou para o Estado um projeto industrializante conduzido pelas elites capixabas. Entre as metas do projeto estavam a criação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, a instalação do Corredor de Exportação Centroleste e a instalação de siderúrgicas em Vitória. O plano de Jones dos Santos Neves não pôde ser executado por ele, devido a sua derrota nas eleições de 1962.

Com o golpe de 64, Christiano Dias Lopes é indicado pelos militares para assumir o governo do Estado. Defensor do projeto industrializante jonista, "Christiano executa um modelo de desenvolvimento típico do Bandes, no qual através dos mecanismos fiscais e das renúncias fiscais, aumenta-se a capacidade de investimentos dos empresários capixabas", relata João Gualberto.

Anos mais tarde, no governo de Arthur Carlos

G. Santos, ocorre o deslocamento desse eixo de desenvolvimento da burguesia local para o grande capital internacional. Em consequência disso, a região da Grande Vitória atrai mão-de-obra do interior e de outros estados para atuar na construção das indústrias. Gualberto acredita que "devido ao regime autoritário, a capacidade de se produzir resultados políticos a partir do ingresso dessas massas é muito pequena".

Para explicar a sua postura analítica, Gualberto diz que o inchamento urbano não foi feito sob a lógica da criação de novos "atores" políticos. Ou seja, as mesmas lideranças políticas tradicionais continuaram no poder após a modernização econômica do Espírito Santo. Basta lembrar os casos dos municípios da Serra e de Aracruz onde os mesmos políticos vão se alternando nas prefeituras.

Ao mesmo tempo, prossegue Gualberto, estava sendo formada uma massa

urbana desprotegida, mal remunerada, sem uma trajetória política bem delineada e exposta aos apelos fisiológicos das elites. "Em todos os lugares onde o fenômeno se implantou, não se produziram resultados políticos, mas foram geradas as mazelas brasileiras como o populismo e subprodutos, como o nepotismo, o clientelismo e a corrupção", analisa.

Embora a metropolização da região da Grande Vitória não tenha produzido mudanças consistentes de politização das massas, a cidade de Vitória obteve uma configuração diferenciada. Com a instalação da classe média e dos principais serviços na capital, ocorre o que João chamou de uma "macrocefalia" da cidade de Vitória comparada aos municípios vizinhos, como ele define.

Em outras palavras, "Vitória vai abrigar a universidade e as principais empresas de comunicação do Estado, entre outros setores. Tudo isso reunido na capital, contribuiu para a formação de fenômenos políticos muito importantes como Vitor Buaiz e Paulo Hartung, duas expressões da modernidade do Espírito Santo", avalia o cientista político.

João Gualberto afirma que "o grave, no processo de crescimento econômico de Vitória, foi sua incapacidade de socializar benefícios, baseada na concentração de renda, impedindo,



João Gualberto é professor de Ciência Política na Ufes

dentre outras vantagens, a formação de um grande núcleo de consumidores".

## VAREJO

Ele declara que o Espírito Santo não possui um projeto político-econômico desde o governo de Christiano Dias Lopes. A sucessão governamental que se deu a partir da década de 70 representou uma "sucessão de vazios", através da qual vai se operando um "varejo" junto às atividades públicas do Estado.

Administração de varejo, explica Gualberto, é o atendimento de questões pontuais durante o dia-a-dia da vida governamental. Ou seja, o governo se restringe a atender, por exemplo, a pedidos de investimento na instalação de uma indústria num município ou à construção de uma ponte em outro. São questões resolvidas de modo pontual, aqui e ali, sem a articulação de um projeto econômico, social e

político, planejando cada uma dessas atividades e investimentos.


Nessa perspectiva, a gestão metropolitana é um processo irreversível, de acordo com o depoimento de João Gualberto. "Se a Grande Vitória não for tratada como um todo, ela não poderá ser pensada nem política e nem operacionalmente", confirma sua opinião. Porém, lembra que o processo político é complicado devido às diferenças entre as lógicas eleitorais.

Na análise de Gualberto, "o problema não são os partidos políticos porque eles não contam no Brasil. Também não é a ideologia, já que a diferenciação ideológica é muito pequena. As falhas estão na base e nas operações políticas do cotidiano".

João Gualberto é doutor em Sociologia Política pela Ecolideshautes Études en Sciences Sociales de Paris — França.

# Região Metropolitana. A união é que faz a força.

## NASSAU

CIMENTO NASSAU  UM CAPIXABA FORTE